

AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: UMA VISÃO ANTECIPADA DE OUTUBRO DE 2024

Dinte

Diretoria de Estudos Internacionais

Nº 73

Antonio Lassance



Dezembro de 2024

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e

Comunicação Social

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Lassance

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). *E-mail:* antonio.lassance@ipea.gov.br.

Como citar:

LASSANCE, Antonio. **Agenda político-institucional do Estado brasileiro:** uma visão antecipada de outubro de 2024. Brasília, DF: Ipea, dez. 2024. (Dinte: Nota Técnica, 73). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ntdinte73-port>

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ntdinte73-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	4
2 CALENDÁRIO	4
3 ANÁLISE	11
REFERÊNCIAS	12
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	12
APÊNDICE A.....	13
APÊNDICE B.....	22

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho atualiza, para outubro, o levantamento prospectivo que anteriormente antecipou o calendário de eventos e as agendas político-institucionais do Estado brasileiro para todo o ano de 2024. A teoria e a metodologia que fundamentam este estudo estão expostas no Texto para Discussão (TD) nº 3.011 (Lassance, 2024a). Por sua vez, o TD nº 3.012 (Lassance, 2024b), elaborado em dezembro e janeiro de 2023, publicado em junho deste ano, apresentou um calendário de eventos previstos até o final deste ano, agora revisado e atualizado por notas técnicas de cada mês. Por fim, o TD nº 3.013 (Lassance, 2024c) apresentou a análise dessas agendas de políticas públicas prospectadas para 2024.

Após o levantamento do calendário de eventos de outubro, esta nota apresenta uma breve análise que consolida a visão das agendas de maior destaque.

O trabalho destina-se a dirigentes e gestores dos três Poderes e, também, a organizações civis interessadas em uma visão antecipatória do calendário político-institucional e das agendas de políticas públicas que estão por trás de atores e organizações do Estado que impulsionam tais eventos.

Um alerta, conforme explicado no TD nº 3012:

Como as agendas de política pública estão sujeitas a uma série de fatores e contingências – essas sim, imprevisíveis –, as datas aqui estimadas de ocorrência de cada evento podem e normalmente sofrem alterações. A partir da decisão de agentes públicos que ocupam posições centrais (dirigentes), essas datas aqui registradas preliminarmente, com base nos resultados da prospecção feita até a data desta publicação, podem ter sido alteradas ou mesmo suspensas, logo após a publicação deste trabalho (Lassance, 2024b, p. 5).

2 CALENDÁRIO

Outubro de 2024

(Data – evento)

Dia 1º

- Prazo limite para que as empresas de apostas (*bets*) solicitem autorização para atuar no país e passem a cumprir as regras estabelecidas quanto a direitos do consumidor, cadastramento de usuários, com idade mínima de 18 anos, e limites às ações de comunicação e *marketing*. As empresas habilitadas serão anunciadas pelo Ministério da Fazenda (MF), e as que não se adequarem a esse marco legal terão sua atuação suspensa. As lotéricas de apostas de quota fixa (*bets*) que não pediram autorização nos termos da regulamentação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda terão suas atividades impedidas. Até dezembro, cumpre-se o período de adequação das empresas habilitadas, que passam a funcionar plenamente a partir de 1º de janeiro de 2025, exclusivamente em sítios de apostas registrados em domínio brasileiro de internet com a extensão “bet.br”.
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta do México, Claudia Sheinbaum.
- O patamar 2 da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica entra em vigor, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O patamar 2 é o mais caro previsto na regulação do sistema elétrico.

- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discute o impacto da proposta de reforma tributária no Simples¹ Nacional.
- O acordo firmado entre a União e o estado de Minas Gerais que autoriza a adesão deste ao Regime de Recuperação Fiscal (RFF) prevê a retomada dos pagamentos das parcelas da dívida fiscal a partir desta data. Cada estado terá o prazo de até seis meses para reestruturar-se financeiramente, de forma a adequar-se aos requisitos da Lei Complementar (LC) nº 159, que regula esse tipo de regime fiscal.

Dia 2

- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discute o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2024, proposto no âmbito da reforma tributária, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CG-IBS; e dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício desse imposto, a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, entre outras providências – a discussão ocorre nos dias 2 e 3.
- O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga a Pesquisa Industrial Mensal: produção física – Brasil. Período de referência: ago. 2024.

Dia 3

- Fim da propaganda em rádio e TV para as eleições municipais, em primeiro turno ou turno único.
- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho (GT) de Sustentabilidade Climática e Ambiental do G20 (Rio de Janeiro-RJ). O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) é o coordenador do GT.
- O STF analisa o embargo declaratório à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.180. A ação tem como relator o ministro Alexandre de Moraes e pedido de vista do ministro Dias Toffoli. O interessado é o TCE/AP, cujo atual presidente foi eleito e reeleito, acumulando já três mandatos consecutivos. Os embargos referem-se apenas à validade dos atos já praticados, para que estes sejam mantidos. Nessa sessão, aprecia a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) interposta pelo Partido Rede Sustentabilidade contra a Lei nº 13.691/2022, do município de Uberlândia, que proíbe a vacinação compulsória contra a covid-19 e impede que sejam aplicadas sanções a pessoas não vacinadas. O ministro Luís Roberto Barroso suspendeu a lei cautelarmente, em decisão liminar. Ainda prevista para essa sessão está a análise do referendo em medida cautelar em ADI proposta pelo Partido Comunista do Brasil (PcdoB), para interpretar dispositivos da Lei nº 9.615/1998 e da Lei nº 14.597/2023. O pedido é de garantia da legitimidade do Ministério Público para firmar termos de ajustamento de conduta, sem interferência judicial, para proteger direitos de consumidores no esporte. A ação do Ministério Público levou a casos como o do afastamento de dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Dia 4

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Transições Energéticas (Foz do Iguaçu-PR). O Ministério de Minas e Energia (MME) é o coordenador do GT.

1. Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

- IBGE divulga dados do Censo Demográfico 2022: indígenas – alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos – resultados do universo.

Dia 5

- Data comemorativa da promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil (5 de outubro de 1988).

Dia 6

- Eleições municipais para prefeitos(as) e vereadores(as) dos 5.568 municípios brasileiros.

Dia 7

- Os órgãos da administração pública federal têm até esta data para ajustarem a indicação de programas que serão afetados pelo bloqueio orçamentário, previsto pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, de 30 de setembro. O decreto estabelece um bloqueio de R\$ 13,3 bilhões necessários ao cumprimento da meta de resultado fiscal.

Dia 8

- Data marcada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para a votação em plenário da indicação do economista Gabriel Galípolo para o cargo de presidente do Banco Central do Brasil (BCB).
- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discute o chamado imposto seletivo, parte da proposta tributária encaminhada ao Legislativo (8 e 9 de outubro).
- IBGE divulga a Pesquisa Industrial Mensal: produção física – regional. Período de referência: ago. 2024.

Dia 9

- IBGE divulga três pesquisas de indicadores: Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – período de referência: set. 2024; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – período de referência: set. 2024; e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – período de referência: set. 2024.

Dia 10

- O ministro Flávio Dino, do STF, realiza, nesta data, audiência de conciliação para tratar da questão que ficou conhecida como “orçamento secreto”, em referência às emendas ao orçamento vindas de bancada, de comissão e do relator. O Poder Executivo será representado na audiência pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O Legislativo terá representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Comércio. Período de referência: ago./2024. Também apresenta a pesquisa sobre unidades geográficas de confidencialidade do Censo Agropecuário 2017.

Dia 11

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Empoderamento das Mulheres (Brasília-DF). O Ministério das Mulheres é coordenador do GT.
- A Força Nacional de Segurança Pública completa um ano de atuação no estado do Rio de Janeiro. A operação é feita em apoio aos órgãos de segurança pública federal e estadual (Portaria nº 511 do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, de 11 de outubro de 2023). A previsão inicial era de que essa atuação durasse apenas trinta dias.
- Recomeça a propaganda em rádio e TV nos municípios que eventualmente tenham eleição em segundo turno. A propaganda vai de 11 a 25 de outubro.
- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Serviços. Período de referência: ago. 2024.

Dia 14

- XXI Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Tema: Biomas do Brasil, diversidade, saberes e tecnologias sociais (dias 14 a 20). A semana é o maior evento de divulgação científica do país e tem foco no público de crianças e jovens.

Dia 15

- Produtores(as) rurais do estado do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes deste ano têm até esta data para a renegociação de suas operações de crédito, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- Vinte anos da Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 15 de outubro de 2004).
- O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vota as listas tríplices para as vagas abertas de ministros dessa corte. Há duas vagas em aberto, sendo uma indicação da Justiça Federal e outra para membro proveniente do Ministério Público. As vagas do Ministério Público e da Justiça Federal foram abertas com as aposentadorias das ministras Laurita Vaz e Assusete Magalhães, respectivamente. A votação vai estabelecer uma lista tríplice para cada uma das duas vagas. As listas serão depois encaminhadas ao presidente Lula para a decisão final. Em seguida, os nomes escolhidos são submetidos à sabatina do Senado Federal. O STJ é o órgão do Poder Judiciário do Brasil encarregado de harmonizar a interpretação jurisdicional da legislação federal.
- IBGE divulga o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Período de referência: set. 2024.

Dia 18

- IBGE divulga a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 2023.

Dia 19

- Olimpíada Brasileira de Matemática (19ª edição) realiza sua segunda fase. Mais de 18 milhões de estudantes do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio participaram da primeira fase.

Dia 20

- O Ministério da Fazenda prevê concluir até esta data a consulta pública que vai uniformizar definições sobre atividades sustentáveis, na chamada Taxonomia Sustentável Brasileira. O objetivo é estabelecer um vocabulário comum sobre atividades sustentáveis, combatendo o *greenwashing* (práticas supostamente ecológicas que mascaram outros interesses) e orientando investidores, agências reguladoras e governo. As novas regras se tornarão obrigatórias a partir de janeiro de 2026, para evitar fraudes na concessão de incentivos e promover investimentos em práticas realmente sustentáveis, com critérios de transparência. A consulta pública propõe onze objetivos, sendo sete ambientais e climáticos e quatro sociais, que incluem desde mitigação da mudança climática até geração de trabalho decente e redução de desigualdades sociais. As empresas terão um ano para adaptação após a publicação das regras, a partir de novembro de 2024.

Dia 21

- Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre-RS, volta a operar voos domésticos nesta data, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O aeroporto deve voltar a operar com 100% de sua capacidade até 16 de dezembro, quando retomará suas atividades também com voos internacionais.

Dia 22

- Encerra-se neste dia o prazo para o ministro do Supremo, Gilmar Mendes, devolver seu pedido de vista ao julgamento das ações que contestam a mais recente reforma da Previdência, em vigor desde 2019. Já se formou maioria de dez ministros favoráveis à derrubada de trechos da reforma que acionam gatilhos automáticos para a economia de gastos previdenciários. A reversão desses dispositivos ampliaria o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (o regime de pagamento de servidores públicos federais) em mais de R\$ 126 bilhões, segundo estimativas que constam do processo ajuizado pela Advocacia-Geral da União.
- O STF realiza audiência pública sobre a questão da constitucionalidade das escolas cívico-militares no estado de São Paulo. A Advocacia-Geral da União tem parecer contra as escolas cívico-militares em ação similar, dessa vez contra o estado do Rio Grande do Sul. O argumento é o de que os estados não podem estabelecer modalidade educacional que não esteja previamente instituída em Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da Cúpula do BRICS – originalmente, Brasil, Rússia, Índia, China e, depois, África do Sul –, em Kazan, na Rússia (dias 22 a 24).

Dia 23

- Reunião Conjunta de Mudança do Clima e Ministros das Finanças do G20 (dias 23 a 25, Washington, Estados Unidos). A reunião é coordenada pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. A principal agenda da reunião é a reforma dos fundos ambientais e climáticos.

Dia 24

- Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20 (Brasília-DF). O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) é coordenador do GT.

- Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (Natal-RN). A Controladoria-Geral da União (CGU) é a coordenadora do grupo.
- IBGE divulga o IPCA-15. Período de referência: out. 2024.

Dia 25

- O IBGE divulga nesta data os resultados do Censo Demográfico 2022: composição domiciliar e óbitos registrados. A publicação trará dados de residências particulares ocupadas, permanentes e provisórias, incluindo-se detalhes quanto a número de residentes, tipo de residência e tipo de unidade residencial, de acordo com o sexo, cor ou raça e faixa etária do indivíduo encarregado do domicílio e a quantidade de mortes relatadas, ocorridas entre janeiro de 2019 e julho de 2022, de indivíduos que residiam nessas residências particulares pesquisadas.
- IBGE divulga também a pesquisa do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevância: Excursões técnicas: adentrando a planície pantaneira.

Dia 27

- Segundo turno das eleições municipais para o cargo de prefeito em municípios com mais de 200 mil eleitores e nos casos em que nenhum(a) candidato(a) tenha alcançado a maioria absoluta de votos válidos.

Dia 28

- Dia em homenagem às servidoras e aos servidores públicos.

Dia 30

- O Banco do Nordeste (BNB) envia para a Sudene e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), até esta data, a proposta orçamentária para a programação de uso dos recursos do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE). Após, a proposta segue para ser aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudene, até 15 de dezembro deste ano. Para 2025, o fundo contará com R\$ 47 bilhões. Seis setores foram selecionados como prioritários para receber investimentos: desenvolvimento produtivo; inovação; infraestrutura econômica e urbana; meio ambiente; desenvolvimento social; e educação.
- Reunião do Grupo de Trabalho Educação do G20 (Fortaleza-CE, dias 30 e 31). O Ministério da Educação coordena o grupo.
- IBGE divulga o Índice de Preços ao Produtor – Indústrias Extrativas e de Transformação. Período de referência: set. 2024 a 31 out. 2024.

Dia 31

- Reunião Ministerial Conjunta de Finanças e Saúde do G20 (Rio de Janeiro-RJ). A reunião é coordenada pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil.
- Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do G20 (Rio de Janeiro-RJ). O Ministério da Saúde é coordenador do GT.

- IBGE divulga a PNAD Contínua Mensal. Período de referência: set. 2024.

Ao longo do mês

- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passam a contar com um maior número de brigadistas, viaturas e aeronaves para as operações de combate a incêndios, em decorrência da liberação de crédito extra (R\$ 514 milhões) anunciada em setembro.
- O MJSP preparou minuta de projeto que eleva para até dezoito anos a pena de prisão aos responsáveis por provocar incêndios florestais de forma dolosa. Espera-se que a proposta tenha sua versão final em outubro e seja encaminhada ao Congresso Nacional.
- O início da temporada de chuvas traz de volta a sazonalidade do risco de epidemia de dengue. Em geral, esse período vai de outubro do ano corrente a maio do ano seguinte.
- O Ministério da Fazenda vai ampliar a regulamentação das casas de apostas *online* no país, incluindo vedações a formas de pagamento, como pelo Cartão Bolsa Família e cartão de crédito (Retomada..., 2024). O governo também anunciou a criação, ao longo do mês, de um grupo de trabalho interministerial – MF, MS, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS e Casa Civil foram aventados, além do Ministério dos Esportes – para analisar propostas para impedir o desvio de finalidade do programa, além de estudar medidas para alertar sobre os riscos e formas de tratar o vício em jogos dessa natureza. O MDS já possui GT voltado a propor regulamentação do uso do Cartão Bolsa Família em apostas.
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou que “até o começo de outubro, a gente vai ter o acordo da Vale para resolver o problema de Mariana e nós queremos utilizar o recurso para recuperar o que foi estragado, para cuidar do povo” (Vilela, 2024).
- Espera-se que, entre outubro e dezembro, haja a criação do Conselho Nacional de Segurança Climática e o anúncio de um plano de prevenção de efeitos climáticos extremos.
- A Presidência da República deve enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei (PL) com as propostas de acordos de reajuste salarial para 2025, já negociadas com os sindicatos dessas categorias.
- A unidade do antigo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), inaugurada em setembro, entra em operação e passa a receber e processar o gás natural extraído e canalizado desde a camada pré-sal da Bacia de Santos.
- O Ministério da Saúde deve publicar atualização de informação sobre a circulação dos vírus do sarampo e rubéola no país. Em 2019, o Brasil perdeu o *status* de país livre do sarampo. Embora esteja sem casos registrados dessa doença desde junho de 2022, 4.587 municípios estão classificados em situação de alto risco (80%, portanto).
- O Senado Federal está com sua pauta de votações trancada em razão do pedido de urgência do PLP nº 68/2024, a primeira parte da regulamentação da reforma tributária. Há negociações para que a retirada da urgência seja feita pelo menos com o compromisso de um cronograma de votações da reforma.
- Os estados têm feito pressão para que haja prioridade na aprovação, na Câmara dos Deputados, do PLP nº 121/2024, que renegocia os encargos de suas dívidas com a União. O projeto, chamado

de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), já foi aprovado no Senado e é de autoria do próprio presidente daquela Casa, o senador Rodrigo Pacheco (Partido Social Democrático – PSD/MG).

- Tramita na Câmara dos Deputados o projeto do Senado Federal (senador Paulo Paim) que muda a lei de votar e reserva aos negros 30% dos cargos oferecidos em concurso público de provimento efetivo e empregos públicos na administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. O projeto incorporou também as vagas para indígenas e quilombolas. A proposta também regula a comissões de heteroidentificação, as quais confirmam a veracidade da autodeclaração de negros, pardos, indígenas ou quilombolas.
- A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados deve retomar a discussão e levar à votação o projeto que concede anistia aos presos e indiciados pelos atos golpistas do 8 de janeiro.
- A Comissão de Constituição e Justiça do Senado pode votar a proposta de marco temporal de demarcação de terras indígenas. Trata-se da proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 48/2023.
- A Comissão de Infraestrutura do Senado deve votar o PL nº 327/2021, que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética. O projeto incentiva fontes alternativas e projetos de eficiência energética.
- Nos meses de outubro e novembro, o STF realiza rodadas de audiência de conciliação sobre a Lei do Marco Temporal. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil resolveu não participar das audiências e critica a ideia de “conciliação” a respeito de um marco temporal que limita o direito dos povos indígenas a essas terras.

3 ANÁLISE

Entre os destaques da agenda político-institucional de outubro, está a questão do combate aos incêndios florestais. Além da atuação reforçada nas operações, em decorrência da liberação de crédito orçamentário de R\$ 514 milhões, espera-se o desdobramento dessa agenda em mais duas frentes: a institucionalização – de outubro a, no máximo, dezembro – da Autoridade Climática; e de um comitê técnico-científico dedicado a propor medidas para enfrentar o cenário de emergência climática. Além disso, aguarda-se o envio de projeto de lei que eleva as penas dos que, de forma dolosa, são responsáveis por provocar os incêndios.

As eleições municipais, em primeiro e segundo turnos, reconfiguram também a força política dos partidos e de suas lideranças nacionais e nos estados, com possíveis consequências nas coalizões do Congresso. A retomada da agenda legislativa tem um impasse a ser superado, com a negociação do regime de urgência da tramitação, no Senado, da reforma tributária.

A nova regulamentação das casas de apostas *online* (bets) já estava prevista para ser implementada no início deste mês. Agora há a questão específica quanto às apostas feitas por pessoas beneficiárias do Bolsa Família. As negociações sobre o orçamento secreto e as chamadas “emendas pix” caminham para um desfecho. As reuniões de grupos de trabalho do G20 intensificam-se. A escalada dos conflitos no Oriente Médio faz com que a agenda de repatriação da população brasileira nesses locais passe a ter grande destaque.

REFERÊNCIAS

LASSANCE, A. **Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais?** Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília: Ipea, ago. 2024a. (Texto para Discussão, n. 3011 – publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=51606ede-f64f-4e69-8422-db64ef4628da>.

LASSANCE, A. **Calendário político-institucional do Estado brasileiro – 2024**. Brasília: Ipea, 2004b. (Texto para Discussão, n. 3012 – publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=c5ea25bd-c8fd-42f2-a5d5-d7cecaecc6f1>.

LASSANCE, A. **Análise da agenda político-institucional do Estado brasileiro –2024**. Brasília: Ipea, 2024c. (Texto para Discussão, n. 3013 – publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=70a4b01b-6991-4c69-8781-425bcd809102>.

RETOMADA do investimento levará o país ao crescimento sustentável, aponta ministro da Fazenda. **Gov.br**, 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/retomada-do-investimento-levara-o-pais-ao-crescimento-sustentavel-aponta-ministro-da-fazenda>.

VILELA, P. R. Lula anuncia repactuação do desastre em Mariana para outubro. **Agência Brasil**, 5 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-09/lula-anuncia-repactuacao-do-desastre-em-mariana-para-outubro>.

APÊNDICE A

MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPS) EM TRAMITAÇÃO

- 1) MP nº 1.260/2024 – Abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e de Portos e Aeroportos, e de operações oficiais de crédito

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e de Portos e Aeroportos, e de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 1.659.821.159,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 1º dia.

Prazo de sessenta dias: 28 nov. 2024.

Prazo de emendas: 7 out. 2024.

- 2) MP nº 1.259/2024 – Flexibilização das regras para repasse financeiro e importação de equipamentos, *softwares* e serviços para ações de prevenção e combate aos incêndios

Ementa: dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais.

Dia de tramitação: 11º dia.

Prazo de sessenta dias: 18 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 3) MP nº 1.258/2024 – Crédito extraordinário – Ações para combate e prevenção dos danos causados pela estiagem e pelos incêndios na Amazônia

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 514.474.666,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 13º dia.

Prazo de sessenta dias: 16 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 4) MP nº 1.257/2024 – Crédito extraordinário – Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS: antecipação do pagamento de precatórios e compensação financeira pela perda de arrecadação do ICMS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Previdência Social; da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social; Família e Combate à Fome; e de encargos financeiros da União e de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 5.131.822.721,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 14º dia.

Prazo de sessenta dias: 15 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 5) MP nº 1.256/2024 – Crédito extraordinário – Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de prevenção de desastres e subvenção de crédito

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 510.000.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 21º dia.

Prazo de sessenta dias: 8 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 6) MP nº 1.255/2024 – Autorização para depreciação acelerada de navios-tanque produzidos no Brasil empregados em cabotagem de petróleo e seus derivados

Ementa: altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, para autorizar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados.

Dia de tramitação: 35º dia.

Prazo de sessenta dias: 25 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 7) MP nº 1.254/2024 – Crédito extraordinário – Subvenção de crédito rural para o enfrentamento do estado de calamidade pública no RS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 40º dia.

Prazo de sessenta dias: 20 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 8) MP nº 1.253/2024 – Crédito extraordinário – Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS na área da saúde

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 308.250.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 47º dia.

Prazo de sessenta dias: 13 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 9) MP nº 1.252/2024 – Crédito extraordinário – Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de habitação, infraestrutura hidroviária e recuperação do TRE

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e dos ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 1.625.802.558,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 49º dia.

Prazo de sessenta dias: 11 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 10) MP nº 1251/2024 – Isenção do imposto de renda aos prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos

Ementa: altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir, entre os rendimentos isentos do imposto de renda, os prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos, nas hipóteses que especifica.

Dia de tramitação: 54º dia.

Prazo de sessenta dias: 6 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 11) MP nº 1.250/2024 – Apoio financeiro às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do RS não contemplados pelas MPs nºs 1.219 e 1.228, ambas de 2024

Ementa: institui apoio financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação: 55º dia.

Prazo de sessenta dias: 5 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 12) MP nº 1.249/2024 – Alteração no Programa Mover – Importação de autopeças

Ementa: altera a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação – Programa Mover.

Dia de tramitação: 57º dia.

Prazo de sessenta dias: 3 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

13) MP nº 1.247/2024 – Desconto em operações de crédito rural para produtores do RS

Ementa: autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica, sob a forma de desconto para liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural de custeio, de investimento e de industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, em municípios do estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecido pelo Poder Executivo federal, e altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

Dia de tramitação: 62º dia.

Prazo de sessenta dias: 28 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 27 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

14) MP nº 1.244/2024 – Crédito extraordinário – Complementação das medidas emergenciais para enfrentamento do estado de calamidade pública no RS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Banco Central do Brasil; e de encargos financeiros da União, no valor de R\$ 1.253.601.800,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 75º dia.

Prazo de sessenta dias: 15 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 14 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

15) MP nº 1.242/2024 – Reforma de escolas públicas da educação básica no RS

Ementa: autoriza o Poder Executivo federal a transferir recursos financeiros destinados a reformas em escolas públicas da educação básica com comprometimento estrutural decorrente de eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul.

Dia de tramitação: 81º dia.

Prazo de sessenta dias: 9 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 8 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

16) MP nº 1.241/2024 – Crédito extraordinário – Combate a incêndios florestais no Pantanal

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Justiça e Segurança Pública, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e da Defesa, no valor de R\$ 137.638.217,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 81º dia.

Prazo de sessenta dias: 9 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 8 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 17)** MP nº 1.240/2024 – Dispensa de acordo bilateral ou reciprocidade para a utilização de tripulação estrangeira nos serviços aéreos em situações de emergência, inclusive ambiental, e estado de calamidade pública

Ementa: altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica.

Dia de tramitação: 83º dia.

Prazo de sessenta dias: 7 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 6 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 18)** MP nº 1.239/2024 – Contratação temporária de brigadistas pelo Ibama e ICMBio para combate a incêndios florestais

Ementa: altera a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre o prazo de recontração de pessoal por tempo determinado para atender aos casos de prevenção, controle e combate de incêndios florestais.

Dia de tramitação: 84º dia.

Prazo de sessenta dias: 6 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 5 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 19)** MP nº 1.238/2024 – Crédito extraordinário – Recomposição orçamentária do Poder Judiciário federal e do CNMP

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 89º dia.

Prazo de sessenta dias: 1º set. 2024.

Prazo de 120 dias: 31 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 20)** MP nº 1.237/2024 – Crédito extraordinário – Novas medidas emergenciais para enfrentamento do estado de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de encargos financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 89º dia.

Prazo de sessenta dias: 1º set. 2024.

Prazo de 120 dias: 31 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

21) MP nº 1.236/2024 – Alteração no Regime de Tributação Simplificada das remessas postais internacionais e no Programa Mover

Ementa: altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).

Dia de tramitação: 95º dia.

Prazo de sessenta dias: 26 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 25 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

22) MP nº 1.235/2024 – Crédito extraordinário – Apoio a famílias desalojadas ou desabrigadas no RS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 689.689.688,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação: 104º dia.

Prazo de sessenta dias: 17 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 16 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

23) MP nº 1.234/2024 – Alteração da MP nº 1.230, de 2024

Ementa: altera a Medida Provisória nº 1.230, de 7 de junho de 2024, para dispor sobre a elegibilidade para recebimento do apoio financeiro destinado às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e às pescadoras e aos pescadores profissionais artesanais em municípios do estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação: 105º dia.

Prazo de sessenta dias: 16 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 15 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

24) MP nº 1.232/2024 – Distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas

Ementa: altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

Dia de tramitação: 110º dia.

Prazo de sessenta dias: 11 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 10 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

25) MP nº 1.230/2024 – Apoio financeiro a trabalhadores com vínculo formal de emprego em municípios do RS em estado de calamidade pública

Ementa: institui apoio financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores com vínculo formal de emprego.

Dia de tramitação: 116º dia.

Prazo de sessenta dias: 5 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 4 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

26) MP nº 1.229/2024 – Apoio financeiro aos municípios do RS em estado de calamidade pública não contemplados pela MP nº 1.222, de 2024.

Ementa: dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos municípios do estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal que não tenham sido contemplados pela Medida Provisória nº 1.222, de 21 de maio de 2024.

Dia de tramitação: 116º dia.

Prazo de sessenta dias: 5 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 4 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

27) MP nº 1.228/2024 – Apoio financeiro a famílias desalojadas ou desabrigadas em municípios do RS não contemplados pela MP nº 1.219, de 2024

Ementa: institui apoio financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação: 116º dia.

Prazo de sessenta dias: 5 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 4 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

28) MP nº 1.227/2024 – Alterações na legislação tributária federal

Ementa: prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Dia de tramitação: 119º dia.

Prazo de sessenta dias: 2 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 1º out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

Na Câmara dos Deputados (cinco medidas provisórias)

- 1) MP nº 1.248/2024 – Crédito extraordinário – Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de ensino superior, educação básica, atividades artísticas e culturais e subvenção econômica no âmbito do Pronampe

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.454.799.092,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 60º dia.

Prazo de sessenta dias: 30 set. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 2) MP nº 1.246/2024 – Crédito extraordinário – Apoio financeiro para contratação de seguro rural e recuperação de unidades da Embrapa no RS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 230.891.005,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 74º dia.

Prazo de sessenta dias: 16 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 15 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 3) MP nº 1.243/2024 – Crédito extraordinário – Medidas emergenciais para recuperação da infraestrutura da Justiça do Trabalho e do MPU no RS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 27.163.242,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 75º dia.

Prazo de sessenta dias: 15 set. 2024.

Prazo de 120 dias: 14 nov. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

- 4) MP nº 1.233/2024 – Crédito extraordinário – Ações emergenciais no RS

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor dos ministérios da Fazenda, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, e de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 17.587.897.059,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação: 105º dia.

Prazo de sessenta dias: 16 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 15 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

5) MP nº 1.231/2024 – Crédito extraordinário – Apoio financeiro aos municípios do RS em estado de calamidade pública

Ementa: abre crédito extraordinário, em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 124.060.365,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação: 111ª dia.

Prazo de sessenta dias: 10 ago. 2024.

Prazo de 120 dias: 9 out. 2024.

Prazo de emendas: encerrado.

APÊNDICE B

MATÉRIAS AGUARDANDO SANÇÃO OU VETO PRESIDENCIAIS:

1) PLP nº 72/2024 (PLP nº 72/2024, no Senado Federal)

Ementa: altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Recebimento pela Presidência da República: 17 set. 2024.

Prazo para sanção: 7 out. 2024.

2) PL nº 5.813/2023 (Emenda-CD) (PL nº 5.813/2023, no Senado Federal)

Ementa: altera as Leis nºs 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho.

Recebimento pela Presidência da República: 19 set. 2024.

Prazo para sanção: 9 out. 2024.

3) PL nº 4.266/2023 (PL nº 4.266/2023, no Senado Federal)

Ementa: altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Recebimento pela Presidência da República: 19 set. 2024.

Prazo para sanção: 9 out. 2024.

4) PL nº 528/2020 (Emenda-CD) (PL nº 528/2020, no Senado Federal)

Ementa: dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014.

Recebimento pela Presidência da República: 19 set. 2024.

Prazo para sanção: 9 out. 2024.

5) PL nº 4.258/2021 (PL nº 4.258/2021, na Câmara dos Deputados)

Ementa: confere o título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha ao município de Guarapari, no estado do Espírito Santo.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

6) PL nº 6.206/2023 (PL nº 10.388/2018, na Câmara dos Deputados)

Ementa: denomina passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no município de Arujá, no estado de São Paulo.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

7) PL nº 3.148/2024 (PL nº 3.148/2024, na Câmara dos Deputados)

Ementa: inscreve o nome de Eduardo Henrique Accioly Campos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

8) PL nº 2.725/2022 (PL nº 2.725/2022, na Câmara dos Deputados)

Ementa: altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

9) PL nº 3.090/2023 (PL nº 3.090/2023, na Câmara dos Deputados)

Ementa: institui o Dia Nacional da Música Gospel.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

10) PL nº 6.204/2023 (PL nº 1.133/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa: declara o educador Anísio Teixeira patrono da escola pública brasileira.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

11) PL nº 1.752/2024 (PL nº 5.855/2009, na Câmara dos Deputados)

Ementa: acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para criar a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e instituir o Dia do Motociclista.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

12) PL nº 6.575/2019 (PL nº 213/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa: Regulamenta o rodeio crioulo como atividade da cultura popular.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

13) PL nº 2.082/2019 (PL nº 2.082/2019, na Câmara dos Deputados)

Ementa: denomina rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

14) PL nº 1.774/2024 (PL nº 10.390/2018, na Câmara dos Deputados)

Ementa: inscreve o nome de André Pinto Rebouças no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

15) PL nº 1.725/2024 (PL nº 1.725/2024, na Câmara dos Deputados)

Ementa: institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial – Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas – Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas – Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

16) PL nº 1.765/2024 (PL nº 3.009/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa: reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa do Sairé, realizada no distrito de Alter do Chão, no município de Santarém, no estado do Pará.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

17) PL nº 24/2020 (PL nº 24/2020, na Câmara dos Deputados)

Ementa: reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura brasileira.

Recebimento pela Presidência da República: 30 set. 2024.

Prazo para sanção: 18 out. 2024.

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elías de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Denise Pimenta de Oliveira

Fernanda Gomes Teixeira de Souza

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Susana Souza Brito

Yally Schayany Tavares Teixeira

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Capa

Leonardo Hideki Higa

Projeto Gráfico

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.